

Narrativa histórica entre a literatura e a cientificidade

DÉBORA AYMORÉ

Doutoranda, Departamento de Filosofia/USP

Orientador: Pablo Rubén Mariconda

Parte 1: Reflexão epistemológica sobre a relação entre o historiador e as fontes históricas

Kuhn considera que a historiografia tradicional explica o processo de desenvolvimento da ciência de modo restrito, já que seus representantes estariam mais preocupados com a determinação das contribuições do passado para o estado atual da ciência, desconsiderando os momentos de mudança nos compromissos científicos que ocorrem nas revoluções científicas. Desta maneira, Kuhn sugere uma nova historiografia, da qual veremos três pressupostos: o primeiro trata da relação entre história e filosofia da ciência, o segundo, da pluralidade de leituras de textos e o terceiro da centralidade do paradigma. Resumiremos as informações obtidas nos textos kuhnianos para aprofundarmos as discussões sobre o seu conteúdo.

Quanto ao primeiro pressuposto da relação entre filosofia e história da ciência, segundo Kuhn, estas duas disciplinas possuem objetivos diferentes, o que faz com que a interação que ele propõe entre elas seja interdisciplinar. A partir de uma perspectiva metodológica, isto implica que o estudioso da ciência realize sua análise atuando ora como historiador, ora como filósofo. Não há, portanto, na proposta kuhniana, uma tentativa de fundir os dois métodos destas disciplinas em um só.

Além disso, Kuhn considera que o objetivo da história da ciência é, fundamentalmente, a narrativa dos fatos do passado que torne plausíveis e compreensíveis os acontecimentos da ciência estudada. Por outro lado, a filosofia procura generalizações de caráter universal, que seriam verdadeiras em todas as épocas e lugares. A partir de sua experiência docente, Kuhn especifica outras diferenças entre a história e a filosofia: (a) quanto ao método de investigação, Kuhn afirma que o historiador representa com maior facilidade os conceitos e procura descobrir o que cada autor estudado pensa e as repercussões de suas ideias para contemporâneos e

sucessores. Já o filósofo faz distinções analíticas e está mais interessado em reconstruir argumentos para depois criticá-los; (b) quanto à composição de textos, o historiador realiza uma investigação prévia e sua atividade criativa não cessa durante todo processo de composição do texto, até que chegue à narrativa histórica. Já o filósofo não realiza o mesmo tipo de pesquisa prévia que o historiador e seu foco está nos problemas que identifica após a análise do texto e nas possíveis soluções aos mesmos. Kuhn considera que apenas quando o filósofo já tem uma perspectiva de solução para os problemas textuais que identifica é que começa a composição de seu texto. Tal como no texto histórico, o texto filosófico também exige períodos de revisão. Finalmente, (c) quanto à atividade crítica, esta é considerada como eminentemente filosófica, pois o historiador parte de fontes e de dados para a composição da narrativa histórica. Além disso, em que pese a história da ciência poder proporcionar ao filósofo certo grau de familiaridade com a ciência que estuda, é necessário, segundo Kuhn, ter cautela quanto à imagem de ciência implicada nestas obras. Um exemplo desta preocupação está na Introdução de *A estrutura das revoluções científicas*, em que o autor afirma que, ao supor que o desenvolvimento científico se apresenta de modo linear e cumulativo, os manuais científicos de sua época deixam de apresentar os episódios revolucionários.

Quanto ao segundo pressuposto da pluralidade de leituras de texto, segundo Kuhn, as leituras realizadas estão sujeitas aos critérios da plausibilidade e da coerência. Note-se aqui que, analogamente ao caso da comparação entre teorias científicas, só cabe falar da presença de tais critérios em maior ou menor grau quando estivermos diante de mais de uma interpretação, sendo, portanto, o processo de análise por comparação. Além disso, quando trata do método para abordagem de textos científicos, Kuhn considera que, na primeira leitura do texto, o intérprete tende a interpretá-lo em conformidade com o pano de fundo formado pela educação que recebeu aliada ao estado atual das discussões sobre aquele assunto ou autor. Já na segunda leitura, e para que o texto ganhe significado interno e mais próximo da época em que foi escrito, o intérprete precisa desprender-se do seu pano de fundo, evitando assim uma interpretação externa ao texto e anacrônica.

Quanto ao terceiro pressuposto da centralidade do paradigma, vimos que é o paradigma que oferece o fundamento da prática científica. A análise histórica empreendida por Kuhn o leva a visualizar que a ciência passa por períodos distintos

antes de ser considerada uma ciência madura. O primeiro período é o pré-paradigmático, caracterizado pela competição entre diferentes escolas que definem e justificam os fundamentos da ciência a cada momento de sua pesquisa. A passagem do período pré-paradigmático ao paradigmático se dá pela adesão dos cientistas a um paradigma único que, a partir de então, organizará sua atividade segundo um mesmo modelo de investigação científica. Porém, consideramos que o paradigma é um critério necessário, mas não suficiente para identificar a transição do período pré-paradigmático ao paradigmático, conseqüentemente o historiador deve associar ao paradigma outros indícios que especificam e complementam sua investigação da ciência, que seriam a diferença quantitativa sobre o paradigma, a diferença qualitativa sobre o paradigma, a relação entre a comunidade científica e o paradigma, o resultado e divulgação da pesquisa e o isolamento interno e externo da comunidade.

Quer nos parecer que existe pelo menos um ponto em comum entre estes três pressupostos historiográficos, que é a relação forte apresentada entre os supostos do historiador e a explicação dos eventos que ocorrem no desenvolvimento da ciência, ou seja, que há uma *carga teórica*, implícita ou explícita, em toda explicação histórica. Porém, antes de apresentarmos a presença dessa carga teórica em cada um dos pressupostos historiográficos, faremos uma breve explicação da expressão “carga teórica”, utilizando o segundo capítulo de *La ciencia y el relativismo* (Laudan, 1993).

Como sabemos, Laudan apresenta nesta obra quatro escolas de pensamento epistemológico, abordando em cada um de seus capítulos temas centrais da filosofia da ciência. No desenvolvimento de cada capítulo é possível acompanhar a argumentação que, apresentada em forma de diálogo, oferece voz ao relativismo, ao pragmatismo, ao positivismo e ao realismo. O tema da carga teórica é trabalhado no segundo capítulo, intitulado *Carga teorica e infradeterminación*. Quem apresenta o problema para o debate é o personagem criado por Laudan chamado Quincy, que representaria o relativismo. Laudan, então, lança mão da ideia de que mesmo a evidência empírica aparentemente não problemática está carregada de teoria (cf. Laudan, 1993, p. 53). Diante da afirmação de Rudy, personagem que representa o positivismo, de que tanto os positivistas quanto os realistas e os pragmatistas admitem a tese de que a observação é carregada de teoria, o relativista, assim, radicaliza sua afirmação defendendo que não há nada que se possa afirmar sobre o mundo que não esteja além dos dados dos sentidos,

pois o ato cognoscitivo aplica linguagem e conceitos, que não estão *no mundo*, mas são práticas linguísticas anteriores ao ato de conhecimento (cf. Laudan, 1993, p. 53). Assim, inicialmente os debatedores estão diante da consequência desafiadora de que não há base empírica firme para o desenvolvimento do conhecimento (cf. Laudan, 1993, p. 54), inexistindo fatos empíricos neutros ou desprovidos de carga teórica.

Desta maneira, consideramos que analogamente ao caso do sujeito cognoscente, que investiga objeto científico, não tem a sua disposição os fatos puros, pois em cada ato de conhecimento aplica linguagem e conceitos anteriores à experiência sensível *no mundo*, o historiador lida em sua pesquisa com determinados eventos históricos, que são por sua vez selecionados, organizados e explicados em conformidade com o pano de fundo teórico do historiador. Dessa relação entre o historiador e as fontes surgem os fatos históricos que, como veremos a seguir, são dotados de características diferentes das dos fatos puros.

Assim, retomando a questão da carga teórica nas explicações históricas, identificamos, no primeiro pressuposto apresentado por Kuhn, o das relações entre história e filosofia da ciência, podemos visualizá-lo na própria divisão de trabalho proposta por este autor entre a filosofia e a história, já que a história se ocupa com a evolução das ideias, métodos e técnicas científicas, enquanto a filosofia busca a estrutura das teorias científicas, avalia o estatuto das entidades teóricas e as condições de produção do conhecimento (cf. Kuhn, 1989, p. 39-41). Nos dois casos, o fenômeno científico, ou seja, as descobertas, as invenções, as teorias, os problemas solucionados pela pesquisa ou os textos científicos, estarão sempre sujeitos a interpretação baseada no pano de fundo do historiador ou do filósofo.

O que Kuhn propõe é que estas duas disciplinas, a filosofia e a história da ciência, sejam realizadas de modo interdisciplinar, mantendo sua autonomia metodológica. Temos como exemplo da presença da carga teórica na análise da ciência a ideia de que o desenvolvimento da ciência é linear e o conhecimento por ela produzido tende à acumulação, que, segundo Kuhn, é a perspectiva da filosofia da ciência tradicional. Por outro lado, a filosofia da ciência de Kuhn lança mão do conceito de revolução científica e procura identificar tanto os episódios de acumulação quanto os de ruptura. Assim, um mesmo episódio, como o da passagem da física newtoniana para a einsteiniana, poderia ser interpretado como um progresso linear da ciência, pois a

nova teoria forneceria apenas uma ampliação da capacidade explicativa da anterior, ou como uma ruptura com o progresso linear, a partir da consideração de que a física de Einstein é baseada em paradigma diferente da física de Newton.

Também podemos observar explicitamente no segundo pressuposto, que trata da pluralidade das leituras do texto, a presença da carga teórica do historiador ao analisar a fonte histórica, pois ele é influenciado pelo pano de fundo de sua formação, evidenciando em outro nível da historiografia, neste caso na análise de textos, a carga teórica do historiador. Portanto, o pano de fundo do historiador influencia sua análise dos textos científicos obsoletos a tal ponto que Kuhn passa a criticar veementemente outro elemento da historiografia tradicional da ciência, ou seja, sua perspectiva presentista, que pode levar a compreensão externa e anacrônica dos textos analisados.

Finalmente, no terceiro pressuposto, que trata da centralidade do paradigma, a carga teórica equivale à própria proposta kuhniana que representa, no desenvolvimento da ciência, tanto a acumulação de conhecimentos pelas comunidades científicas quanto os momentos de ruptura com a acumulação nas revoluções científicas. No primeiro caso, temos a ciência normal, cuja pesquisa é orientada pelo paradigma e, no segundo, a aparição de uma anomalia sem solução à luz do paradigma, que tem como um dos desfechos possíveis a substituição do paradigma por um novo.

Sinteticamente, podemos afirmar, então, que o historiador jamais lida com fatos puros, pois desde o processo de seleção das fontes até o processo de construção da narrativa histórica, teremos a influência da carga teórica. Para explicarmos melhor nosso posicionamento sobre a historiografia da ciência de Kuhn, abordaremos o texto de Carr, *O historiador e seus fatos* (2006), pois nele o autor discute, no contexto mais amplo da filosofia da história, a possibilidade do historiador lidar com fatos puros na pesquisa histórica. Como veremos a seguir, Carr ocupa-se nesse texto com a relação entre o historiador, as fontes e os fatos históricos que utiliza para a composição da narrativa histórica.

Partindo da história da historiografia, Carr afirma que a história, no século XIX, era a época dos fatos, pois, segundo o ele, Ranke defendeu, em 1930, que o historiador deve mostrar o que realmente ocorre no passado, dando início a idealização sobre a análise dos fatos que seria levada adiante por historiadores alemães, ingleses e franceses. Além disso, Carr afirma que havia pelo menos duas correntes filosóficas que

coadunaram com essa perspectiva historiográfica a que denomina o “fetichismo dos fatos” (cf. Carr, 2000, p. 50-1): a primeira corrente, dos positivistas preocupados com a questão do estatuto científico da historiografia e que defendiam que se deve primeiramente verificar os fatos e depois chegar às conclusões; a segunda, dos empiristas anglo-saxões, representada por pensadores de Locke a Bertrand Russel, defendeu a separação entre sujeito e objeto, ou seja, considerava que os fatos eram independentes da consciência do observador (cf. Carr, 2006, p. 44-5).

A seguir, Carr afirma que, desta independência dos fatos em relação ao observador, surgiu uma espécie de senso comum na história que, segundo o autor, descrevia esta disciplina como um corpo de fatos verificados, fatos que estavam dados, portanto, a disposição do historiador em documentos (cf. Carr, 2006, p. 45). Carr, no entanto, é crítico desta posição historiográfica, pois leva em consideração a diferença entre os fatos do passado e os fatos históricos e discorda em relação a consideração de outros historiadores de que haveria um conjunto de fatos básicos, compreendendo estes como as indicações temporais e locais onde eventos do passado ocorreram, a que o historiador precisa se referir em sua narrativa (cf. Carr, 2006, p. 46). Por fim, Carr apresenta sua proposta de como a atividade historiográfica deve ser compreendida. Seu enfoque é dirigido para a relação do historiador com as fontes históricas, pois ele não necessariamente lida de modo exclusivo com fatos, e sim com as fontes históricas, que serão, por sua vez, interpretadas para, aí sim, dar origem aos fatos históricos. Tais fatos, no entanto, possuem estatuto distinto dos fatos básicos ou fatos do passado.

Quanto à diferença entre os fatos do passado e os fatos históricos, Carr afirma que nem todos os fatos passados são históricos ou, pelo menos, não recebem este tratamento por parte do historiador, que é responsável pela seleção e interpretação das fontes históricas. Isto significa que, para Carr, a ideia de que existiriam determinados fatos básicos não possui fundamento, pois a decisão mesma de utilizar ou não estes dados na pesquisa está também a cargo do historiador (cf. Carr, 2006, p. 47). Segundo Carr, na contramão dos defensores do fetichismo dos fatos está Collingwood, filósofo e historiador de Oxford, que prestou uma contribuição relevante para a filosofia da história em sua obra *The idea of history* (1945). Carr afirma que Collingwood foi influenciado por Benedetto Croce e considerava que os atos do passado estavam mortos para o historiador, sendo que o significado dos mesmos começa a surgir na mente do

pesquisador através da tarefa de seleção e interpretação, buscando o pensamento que subjaz àqueles atos (cf. Carr, 2006, p. 57).

Assim, Carr conclui sua análise oferecendo um modo alternativo de compreensão da historiografia que se centra em três pontos principais: (1) que os fatos na história nunca são puros, pois a seleção e a interpretação das fontes são mediadas pela mente do pesquisador, que, portanto, percebe o que os historiadores anteriores denominaram fatos puros e fatos básicos como fontes sujeitas a determinada interpretação. Porém, diferentemente de Kuhn, que considera que podem existir tantas interpretações quantos forem os historiadores que analisarem as fontes históricas, Carr considera que ao longo do tempo algumas explicações aceitas pelos historiadores podem ser tratadas inicialmente como fatos históricos, a não ser que o novo historiador queira propor às fontes disponíveis uma nova interpretação.

Carr considera tão importante este primeiro ponto de os fatos em história não serem puros, que afirma que a preocupação inicial do leitor de uma obra de história não deveria estar nos fatos que pode obter e sim no historiador que a escreveu (cf. Carr, 2006, p. 58); (2) que o historiador deve utilizar sua imaginação para compreender as personagens históricas com que está lidando e o pensamento que as levaram a tomar determinadas atitudes (cf. Carr, 2006, p. 59); e (3) que só podemos observar o passado a partir da ótica presente, pois todo historiador pertence a sua época e a ela está ligado por laços de existência humana, o que se expressa inclusive nos termos que utiliza, tais como “democracia”, “império”, “guerra” etc. (cf. Carr, 2006, p. 60-1).

Portanto, podemos afirmar que Carr, apesar de defender que o historiador analisa as fontes históricas e a partir delas narra fatos históricos, estará continuamente conectado à ótica presente, influenciando, desta forma, sua narrativa. Como veremos, essa será a diferença crucial entre as propostas historiográficas de Carr e Kuhn, pois Kuhn defende que o historiador deve estar constantemente atento a que a interpretação das fontes históricas não sofra influência determinante da perspectiva presente, pois isto cria uma versão anacrônica dos eventos históricos.

Baseado-nos na ideia de que esse autor considera que fatos do passado e fatos básicos são, na verdade, fontes históricas sujeitas à seleção e à interpretação do historiador que as analisa. A partir das fontes históricas, o historiador constitui determinadas hipóteses de interpretação dos eventos e dos estados de coisas, formando

os chamados fatos históricos. Daí que cheguemos a conclusão de que, para Carr, a relação do historiador e os fatos históricos é tripartida, pois em sua proposta historiográfica, ele apresenta as fontes, sua análise e a formulação dos fatos históricos como processos independentes entre si, mas que têm como resultado final a narrativa histórica. Mesmo que a relação que propõe saia do enfoque do fato (objeto da narrativa) e passe a concentrar-se no historiador (sujeito da narrativa), Carr considera que a análise das fontes históricas será influenciada pela perspectiva do historiador e, mais que isso, que o historiador estará existencialmente influenciado pelo presente. Assim, vemos que a proposta historiográfica de Carr aproxima-se mais da proposta kuhniana do que Carr identifica como a proposta daqueles que aderem ao “fetichismo dos fatos”, justamente por perceber a centralidade do sujeito (historiador) na análise do objeto (fonte).

Podemos estabelecer diferenças e semelhanças entre a nova historiografia da ciência de Kuhn e a filosofia da história de Carr. Por outro lado, os dois autores reconhecem que as fontes históricas são objeto de seleção e interpretação do historiador, o que desloca a atenção do objeto (fonte histórica) para o sujeito (historiador). Além disso, consideramos que a principal diferença diz respeito ao enfoque presentista da interpretação das fontes históricas implicada na historiografia proposta por Carr. Como vimos, no texto *O historiador e seus fatos*, Carr trata de um tema relevante para toda a atividade historiográfica, ou seja, a questão da pertinência (ou não) de compreender fatos utilizados pelo historiador na sua narrativa como fatos puros ou fatos básicos. Sendo que, na proposta de Carr, afirmar que determinado evento ou estado de coisas é um fato histórico, é uma tese não apenas historiográfica, mas também epistemológica, pois considera um conjunto de afirmações sobre o passado como verdadeira, o que faz com que o historiador razoável não se disponha, à primeira vista, a reinterpretar o mesmo.

Apesar da óbvia diferença de que Carr trata dos fatos em geral, enquanto Kuhn enfoca os fatos na história da ciência em particular, há uma diferença adicional e mais importante na posição desses dois autores no que diz respeito ao tratamento que eles oferecem em relação às fontes históricas. Consideramos que, enquanto a proposta historiográfica de Carr é factual, uma vez que ao final da análise do historiador o resultado visado é a constituição de fatos históricos, a proposta historiográfica de Kuhn é mais focada na interpretação das fontes pelo historiador da ciência do que na

constituição de fatos históricos, prescrevendo, desta maneira, um objetivo mais modesto para a narrativa histórica, pois ela visa apenas a plausibilidade e a coerência, e não, como no caso de Carr, a constituição de fatos. Por estes motivos, podemos classificar a proposta de Kuhn, nesta comparação com a historiografia de Carr, como não-factual.

Mesmo com esta ressalva, consideramos que as distinções apresentadas por Carr entre fato puro, fato do passado e fato histórico nos ajudam a compreender melhor o modelo de historiografia da ciência de Kuhn, inclusive quanto ao kantismo pós-darwiniano dos ensaios tardios, sobre o qual trataremos no próximo item. A partir de uma perspectiva metodológica sobre o tratamento que se deve dar às fontes, que são o objeto da história da ciência, vimos que estas estarão sempre sujeitas à seleção e à interpretação do historiador e do filósofo da ciência, segundo determinado pano de fundo teórico. Assim, também na historiografia da ciência, não cabe falar de fatos puros ou de fatos básicos, pois as fontes históricas são selecionadas e interpretadas pelo historiador e somente aí passam a ser consideradas para a formulação da narrativa histórica. Há, no entanto, uma dificuldade adicional no caso da filosofia da ciência proposta por Kuhn, pois temos dois momentos representados, respectivamente, pelas ideias apresentadas em *A estrutura das revoluções científicas* e nos ensaios tardios, sendo necessário analisar se o próprio autor operou mudanças que poderiam levar a dois panos de fundo filosóficos distintos.

Quanto ao enfoque presentista da análise das fontes históricas proposto na historiografia de Carr, ele se desdobra em duas afirmações: de que todo historiador tem com sua época uma relação existencial e, por este motivo, não pode dela se afastar quando realiza a narrativa histórica. Além disso, mesmo que Carr não afirme explicitamente como o próprio objetivo da história a compreensão do presente, este processo ocorre devido à relação que ele observa que se estabelece entre o historiador (sujeito) e as fontes históricas (objeto), pois conhecer os pressupostos é um processo de autoconhecimento e, portanto, de conhecimento do presente. Claramente o modelo historiográfico kuhniano propõe que o historiador conheça seus pressupostos justamente para evitar que sua formação leve à aplicação de critérios anacrônicos de interpretação das fontes históricas. Assim, Kuhn reconhece, tal como Carr, que a atenção da metodologia histórica deve se voltar para o sujeito, mas, enquanto Carr considera que a formação presente do historiador é incontornável, pois influencia a análise das fontes,

Kuhn considera que o historiador precisa conhecer seus pressupostos, a fim de evitar o anacronismo.

Kuhn considera nociva a aplicação de critérios presentes para análise das fontes históricas, pois o progresso do conhecimento científico não é sempre cumulativo, tal como ocorre no período de ciência normal. Como vimos, para além destes momentos em que o historiador pode verificar que o paradigma permite que os cientistas pratiquem a pesquisa baseados no mesmo conjunto de compromissos, existe a possibilidade de mudança do paradigma, o que leva a adesão dos cientistas a conjunto distinto de compromissos da comunidade científica. Assim, fica comprometida a noção de linearidade do desenvolvimento histórico, considerado que a historiografia baseada nela parte do pressuposto da aplicação dos mesmos critérios de interpretação das fontes históricas, pois cada comunidade científica poderá apresentar diferentes concepções da atividade científica, conforme o paradigma que adota.

Desta maneira, podemos afirmar que no modelo de historiografia da ciência de Kuhn, o objetivo da historiografia da ciência é a narrativa coerente e plausível das fontes históricas da ciência, mas o método que leva a esta compreensão do desenvolvimento da ciência prescreve justamente o distanciamento do historiador em relação ao pano de fundo de sua formação. Caso não se distancie de seu pano de fundo teórico, o historiador da ciência não compreenderá as teorias científicas com base no mesmo conjunto de compromissos em que foram propostas. Além disso, não compreender os compromissos implicados em tais teorias tem como consequência a não observação de suas variações e, portanto, tornam invisíveis as revoluções científicas. Assim, o modelo de história da ciência de Kuhn considera importante e até mesmo imprescindível analisar a acumulação e a ruptura com a acumulação no desenvolvimento da ciência.

Com relação às semelhanças entre as propostas historiográficas de Carr e Kuhn, interessa-nos destacar a relação entre o historiador e as fontes, pois consideramos que tanto em Kuhn, como em Carr, os fatos da história não são puros. Considerar a existência de fatos puros implicaria que o trabalho do historiador é apenas de seleção e organização dos mesmos, o que, como vimos, era uma das ideias que norteavam a historiografia tradicional da ciência. Por um lado, segundo Carr, este tipo de perspectiva historiográfica também é adotada pelos defensores do “fetichismo dos fatos”, descrita

por ele como o tipo de história desenvolvida no século XX. No entanto, uma vez que para Kuhn há relação entre a filosofia e a história da ciência e que fatos analisados estão carregados de teoria, nega-se a possibilidade de que o historiador (sujeito de conhecimento) e a fonte (objeto de conhecimento) estejam radicalmente separados, condição *sine qua non* para recepção epistemologicamente neutra dos fatos no ato de conhecimento.

Portanto, consideramos que a distinção de Carr entre fatos do passado e fatos históricos demonstra o processo que leva ao resultado final da pesquisa histórica, pois a mesma pesquisa que seleciona e interpreta as fontes históricas, também as reelabora, de tal maneira que os fatos do passado passam a ser considerados pelo historiador como fatos históricos, estando estes últimos carregados de teoria. Porém, diferentemente de Kuhn, Carr considera que os fatos históricos fazem afirmações verdadeiras sobre o passado e que, por este motivo, são aceitos pelo historiador razoável.

Além disso, a afirmação de que as fontes históricas são interpretadas, através da apresentação de hipóteses interpretativas, parece coadunar-se com a proposta kuhniana para a historiografia da ciência, pois, como vimos, os três pressupostos até então apresentados têm como ideia central a relação entre filosofia e história da ciência. Desta maneira Kuhn focaliza a atenção da historiografia da ciência no sujeito de conhecimento, pois é o pano de fundo do historiador que podemos reconhecer os pressupostos de sua interpretação e, posteriormente, o tipo de narrativa histórica que constrói. Relativamente ao ofício do historiador da ciência, Kuhn pressupõe como pano de fundo geral de sua análise a existência de paradigmas historicamente variáveis. Assim, esse historiador deve buscar nas fontes históricas elementos para identificar o paradigma daquela comunidade científica considerada, levando em conta indícios tais como os exemplares, as generalizações simbólicas, os paradigmas metafísicos e os valores das comunidades científicas.

Assim, consideramos que todos os elementos de análise da ciência, tais como a questão da linearidade de seu desenvolvimento, a presença de paradigmas variáveis e das revoluções científicas compõem a parte filosófica que foi extraída por Kuhn da análise histórica da ciência, mas que se converte em uma estrutura geral de compreensão das fontes históricas pelo historiador da ciência. Ransanz (1999) refere-se à filosofia da ciência de Kuhn como um novo paradigma de análise da ciência e, por

consequente, afirma que, com a análise das revoluções científicas, Kuhn levou a cabo uma revolução meta-científica (cf. Ransanz, 1999, p. 27). Esta imagem meta-científica sobre a ciência, para utilizarmos a expressão de Ransanz, forma a carga teórica (ou pano de fundo) do historiador ao analisar a ciência em seu desenvolvimento.

A partir da comparação entre a proposta historiográfica de Carr e a de historiografia da ciência de Kuhn, podemos concluir que existe entre as propostas destes autores duas semelhanças e duas diferenças. As duas semelhanças são que Carr e Kuhn enfrentam a tradição historiografia imediatamente anterior e, a partir da crítica delas, respectivamente, a época do fetichismo dos fatos e a historiografia tradicional da ciência, propõem nova concepção da atividade do historiador. No caso de Carr, sua proposta abarca elementos de filosofia da história, que são aplicáveis aos vários objetos historiográficos considerados. No entanto, a historiografia de Kuhn concentra-se na ciência como objeto de investigação do historiador. A outra semelhança entre eles é que, embora possamos considerar a reflexão de Kuhn mais especializada, a análise de Carr da relação entre o historiador e as fontes históricas esclarece o ponto crucial da historiografia da ciência kuhniana, pois ambos os autores apresentam propostas historiográficas que deslocam a preocupação com o objeto (fonte) para a preocupação com o sujeito de conhecimento (historiador). Tal conclusão é baseada na consideração de que as fontes históricas são selecionadas e interpretadas pelo historiador e, portanto, não são fatos puros ou básicos.

Finalmente, uma vez que Kuhn e Carr reconhecem a influência da formação presente do historiador na análise das fontes históricas, é preciso distinguir os diferentes pesos que estes autores oferecem para os fatos históricos constituídos, pois caracterizamos a proposta historiográfica de Carr como factual e a de Kuhn como não-factual, devido ao resultado que cada autor propõe para a análise das fontes históricas: enquanto Carr considera que, ao final da análise, o historiador formula fatos históricos, dotados de afirmações verdadeiras sobre o passado, enquanto Kuhn propõe que o historiador da ciência seja capaz tão somente de oferecer uma interpretação mais coerente e plausível das fontes históricas, o que, a nosso entender, leva adiante a importância da interpretação na história, pois reconhece que a narrativa histórica não afirma verdades sobre o passado, estando sempre sujeita a revisão.

Como conclusão a este item, gostaríamos de fazer um último comentário, pois observamos uma aproximação entre a relação que estabelecemos do historiador com fontes históricas e relação do intérprete com o texto. Como vimos, no segundo pressuposto da nova historiografia da ciência de Kuhn, que trata da pluralidade de leituras de texto, a interpretação depende do pano de fundo do historiador e, conseqüentemente, diferentes panos de fundo levarão a interpretações diversas. Tal analogia pode trazer alguma luz à expressão utilizada por Kuhn sobre os historiadores que, segundo ele, conscientemente ou não, são praticantes do método hermenêutico (cf. Kuhn, 1989, p. 16). Em que pese este ser um tema pouco explorado da historiografia kuhniana e de que o autor mesmo não parece preocupado em justificar a expressão “método hermenêutico”, identificamos que Kuhn apresenta o mesmo tipo de raciocínio para o caso da leitura de textos e da interpretação de fontes históricas.

A aproximação é estabelecida quando percebemos que, tanto os textos quanto as fontes, estão sujeitos a interpretação e esta, por sua vez, é realizada em função do pano de fundo do historiador e do filósofo da ciência. Portanto, para compreendermos a interpretação que o historiador faz em relação às fontes históricas, precisamos estar constantemente atentos aos seus pressupostos. Esta aproximação entre a interpretação das fontes históricas e a dos textos, que, para algumas tradições historiográficas são a única fonte histórica possível, e a percepção de que a metodologia para a história da ciência faz com que as fontes estejam sujeitas a interpretação, abre caminho para outras discussões, que não levaremos adiante neste item, tal como a questão dos critérios de seleção entre interpretações históricas divergentes.

Exclusivamente quanto à historiografia da ciência kuhniana, consideramos que, em que pese este autor utilizar exemplos de análise e interpretação de textos científicos do passado, tal como a *Física* de Aristóteles, Kuhn, em momento algum, restringe a atividade da historiografia da ciência a uma historiografia exclusivamente textual. Ademais, considerando que ele trata da necessidade de análise das comunidades científicas e de que a ciência pode ser estudada da perspectiva interna (história das teorias científicas) e da perspectiva externa (história de outros aspectos, tais como os sociais e econômicos, que influenciam o desenvolvimento da ciência), é possível afirmar que o objeto de análise do historiador da ciência kuhniano não é apenas o texto científico do passado.

Bibliografia

- CARR, E. H. O historiador e seus fatos. In: _____. *Que é história?* 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 43-65.
- DOSSE, F. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- FEYERABEND, P. *Contra o método*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- HOYNINGEN-HUENE, P. *Reconstructing scientific revolutions*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1993.
- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2006a [1962, 2 ed. 1970]
- _____. *A tensão essencial*. Lisboa: Edições 70, 1989 [1970].
- _____. *As relações entre a história e a filosofia da ciência*. In: Kuhn, T. *A tensão essencial*. Lisboa: Edições 70, 1989. p. 29-49.
- _____. *A história da ciência*. In: Kuhn, T. *A tensão essencial*. Lisboa: Edições 70, 1989. p. 143-166.
- _____. *Reconsiderações acerca dos paradigmas*. In: Kuhn, T. *A tensão essencial*. Lisboa: Edições 70, 1989. p. 353-82.
- _____. *O caminho desde a estrutura: ensaios filosóficos, 1970-1993, com uma entrevista autobiográfica*. São Paulo: Editora UNESP, 2006b [2000].
- _____. *Comensurabilidade, comparabilidade, comunicabilidade*. In: Kuhn, T. *O caminho desde a estrutura*. São Paulo: Editora UNESP, 2006b. p. 47-76.
- _____. *O caminho desde a estrutura*. In: Kuhn, T. *O caminho desde a estrutura*. São Paulo: Editora UNESP, 2006b. p. 115-32.
- _____. *O que são revoluções científicas?*. In: Kuhn, T. *O caminho desde a estrutura*. São Paulo: Editora UNESP, 2006b. p. 23-45.
- LAKATOS, I. *Historia de la ciencia y sus reconstrucciones racionales*. Madrid: Editorial Tecnos, 1974a [1970].
- _____. *Falsification and the methodology of scientific research programmes*. In: LAKATOS, I. & MUSGRAVE, A. (Ed.). *Criticism and the growth of knowledge*. London/New York: Cambridge University Press, 1974b. p. 91-196.
- LAKATOS, I. & MUSGRAVE, A (Ed.). *Criticism and the growth of knowledge*. London/New York: Cambridge University Press, 1974.
- LAUDAN, L. *La ciencia y el relativismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1993 [1990].
- MASTERMAN, M. *The nature of a paradigm*. In: LAKATOS, I. & MUSGRAVE, A. (Ed.). *Criticism and the growth of knowledge*. London/New York: Cambridge University Press, 1974b. p. 59-89.
- NAGEL, E. *La estructura de la ciencia*. 3 ed. Tradução de Néstor Míguez. Argentina: Editorial Paidós, 1978.
- RANSANZ, A. R. P. *Kuhn y el cambio científico*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1999.